



## A fala do outro: <sup>1</sup> relações discursivas e produção de (re)conhecimento

**Francisco Gonçalves da CONCEIÇÃO<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, MA

**Resumo:** Nos espaços públicos instituídos pela ação dos jornais, os indivíduos e as coletividades ganham existência pública naquilo que é dito por outro. Como as formas de (re)apresentação da palavra do outro interfere na produção de identidades, vínculos sociais, conhecimentos e crenças, os jornais se transformam em um lugar estratégico de disputa pelo (re)conhecimento. Nesse embate, jornais como a *Folha*, *Estado* e *Globo* racionalizam as suas práticas discursivas, desenvolvem tecnologias do discurso como os manuais de redação e estilo e regulam, por meio do uso dessas tecnologias, as relações entre as vozes que compõem os espaços públicos midiáticos. As formas de citação, o uso dos verbos e os modos de identificação são alguns dos recursos utilizados pelos jornais para regular essas relações e interferir na construção da atualidade.

**Palavras-Chave:** Imprensa; manuais de redação; discurso.

### 1. A (re)apresentação da palavra do outro

Na crescente mediação das relações sociais, os indivíduos e as coletividades só ganham existência pública nos espaços instituídos pela ação dos jornais naquilo que é dito por outro. No que parece ser uma obviedade manifesta-se um conflito estratégico. Entre o que é dito por um e (re)apresentado por outro, os agentes sociais disputam as instâncias de interlocução pelas quais se constituem como sujeitos nesses espaços. Mas nem tudo aquilo que é dito é inscrito no interdiscurso (no dizível). Do mesmo modo nem tudo aquilo que é dito ocupa uma posição, um lugar, a partir do qual possa fazer sentido. Como cada aparato sócio-tecnológico de comunicação é tecido por regras singulares de enunciação do mundo, a forma como a fala do outro é apresentada (ou não) em público interfere nas relações sociais e nos sistemas de conhecimento e crenças. Isto transforma o jornalismo não apenas no principal campo de mediação da experiência humana da atualidade, mas também num dos principais espaços de disputa pelo poder de ser visto e reconhecido, de ser autorizado a falar e ocupar um lugar de onde possa ser ouvido e participar da construção do presente. Para isso, indivíduos e instituições, das mais diferentes matizes, constroem aparatos de comunicação, incorporam valores e assimilam saberes. Em contrapartida, as instituições jornalísticas, para afirmarem a sua

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – Jornalismo e Editoração, do Inovcom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 12 a 14 de junho, em São Luís (MA).

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, e-mail: franciscogoncalvesdaconceicao@gmail.com



própria voz no espaço público, definem uma série de operações e procedimentos pelos quais as vozes da sociedade são selecionadas, organizadas e rerepresentadas.

Essas operações e procedimentos, em casos como os da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, são resultados de pesquisa e planejamento. Ao buscar a consolidação de uma identidade editorial no mercado e a produção de um tipo de leitor, esses jornais submetem as suas práticas discursivas a um processo de investigação e racionalização. Os manuais de redação e estilo, que se enquadram no que Fairclough (1997) denomina de tecnologias discursivas, são resultados e instrumentos desses processos de racionalização estratégica empreendida pelas empresas jornalísticas a partir de uma dada leitura das mudanças em curso na sociedade brasileira e no mercado editorial. A democratização da política, a globalização dos mercados e a digitalização das redes sociais foram alguns dos fatores que contribuíram para essa opção dos jornais. Com as tecnologias discursivas advindas dos processos de racionalização, os jornais não visam apenas disciplinar o trabalho dos jornalistas e subordiná-los a uma política editorial, definir o estilo de cada jornal ou ditar padrões lingüísticos, mas visam também, à relação entre as vozes da sociedade que constituem os espaços públicos mediados pela ação das próprias instituições jornalísticas (CONCEIÇÃO, 2005, p. 17).

Uma das formas possíveis de pensar os efeitos dessas tecnologias na constituição dos sujeitos é pelo princípio da autoria. O autor não se trata, do ponto de vista de Foucault (1996, p.26), do indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas do princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Para Foucault esse princípio não vale para tudo, nem de forma constante, havendo discursos, como conversas, receitas, decretos, contratos, que precisam de signatários, mas não de autor. Orlandi (1999, p.75) desloca essa noção para afirmar que a unidade do texto é um efeito discursivo que deriva do princípio da autoria, sendo das dimensões do sujeito a mais afetada pelo contato com o social e com as coerções. Ela é a que está mais submetida às regras das instituições e nelas são visíveis os procedimentos disciplinares, isto porque é pelo princípio da autoria que o sujeito, na relação com o dizível, identifica-se com certas regiões do dizer pelas quais se apresenta como responsável, como autor. Para ser responsável pelos sentidos que sustenta, ele tem que ser visível pela sociedade. Se não ocupa certos lugares, o autor não tem como ou não pode sustentar outros discursos, que inclusive lhe identificam como sujeito.

Os manuais definem algum das formas de apresentação da palavra do outro. As regras determinam a forma pelas quais a palavra do outro, entendido aqui como a fonte



de informação, é apresentada na intenção de outro, o leitor, o que inclui o modo como as fontes são transformadas em personagens da notícia. É nesta forma que se manifesta a própria fala do jornal. Dentre os diversos recursos dispostos pelos manuais, três são bastante significativos, considerando o uso que é dado pelos profissionais. As formas de citação, em que se estabelecem distâncias e proximidades entre aquele que cita e aquele que é citado. Na contramão da racionalidade dos manuais, as formas de encampação provocam instabilidades no dizer dos jornais. Assimilação da palavra da fonte pela palavra do jornalista pode levar o jornal a dizer o que ele não gostaria. As formas recomendadas de uso dos verbos. Os verbos introduzem e antecipam o caráter geral da palavra do outro. E as formas de tratamento, que atribuem posições e papéis sociais. As formas de tratamento são significativas nesta análise por indicar com mais nitidez algumas das mudanças nas práticas discursivas dos jornais. São mudanças do tipo que Fairclough (2001, p.248) denomina de democratização da palavra, a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e lingüístico de grupos e pessoas. As mudanças nas formas de tratamento são efeitos discursivos e políticos da presença de outros agentes sociais nos espaços públicos, o que impede os jornais e os jornalistas de se identificarem com certas regiões do dizer.

## **2. As formas da citação**

Na produção dos textos jornalísticos, os profissionais podem lançar mão de diferentes formas de enunciação, de organização dos enunciados, de acordo com a intenção comunicativa, o repertório informativo, cultural e lingüístico do público-leitor e a flexibilidade das normas de redação de cada veículo. Porém, os relatos jornalísticos, no entendimento de Aguiar (1990, p.63), realizam-se como um tipo de comunicação predominantemente indireta, isto é, que faz a intermediação entre um enunciador ou grupo de enunciadores (as fontes de informação e a opinião) e um conjunto de leitores. Esta intermediação determina o caráter peculiar do discurso jornalístico – particularmente o da mídia impressa e diária –, que deriva de um quadro complexo de situações de troca, jogo de intenções, circunstâncias de comunicação. Não obstante esta predominância do discurso indireto identificada por Aguiar na organização dos textos jornalísticos, a citação, o discurso direto ocupa um lugar estratégico na valorização da notícia e na credibilidade da informação no que ela parece reproduzir com fidelidade a fala daquele que é citado. Discurso indireto e discurso direto são dois modos diferentes empregados para organizar o texto, embora a primeira, no caso do jornalismo, seja



predominante e a segunda sirva bem ao propósito de provocar o que se pode chamar de efeitos de neutralidade. Toda citação implica localizar, posicionar, em um enunciado (o citante) o fragmento de uma declaração. Muitas vezes, no jornalismo impresso e diário, a declaração consiste na própria notícia em razão da cobertura dos centros de poder.

A importância estratégica da citação para a organização dos textos jornalísticos é destacada nos manuais a partir de diferentes critérios. Para Martins (1997, p.86) a reprodução de declarações textuais (entre aspas) é importante e valoriza o texto e principalmente mostra ao leitor que houve a preocupação do repórter em recolher opiniões ou frases originais, expressivas, marcantes, de efeito ou espirituosas. A *Folha* (2001, p.39) reserva o uso da declaração para afirmações de grande impacto, por seu conteúdo ou pelo caráter inusitado que possam ter, como “Cunhado não é parente”, disse o governador; e “Graças a Deus chegamos a um acordo”, afirmou o presidente, que se diz ateu. O contexto é outro critério de valoração, que Garcia (1999, p.40) recomenda que seja informado ao leitor. Sobre o contexto da declaração, Garcia (1999, p.40) alerta que uma coisa é a declaração dirigida ao repórter e a outra é a declaração ouvida pelo repórter mas não dirigida a ele: “o que alguém diz numa conferência tem peso bastante diferente daquilo que comenta em uma conversa”. A originalidade, o impacto e o contexto não apenas valorizam as declarações mas constituem os próprios critérios pelos quais elas são selecionadas. O uso comedido das declarações, o que não parece ser levado muito em consideração no jornalismo brasileiro, está relacionado à mudança do lugar das instituições jornalísticas e do papel do jornal nas últimas décadas.

Embora os manuais recomendem a transcrição fiel das declarações, todas elas são submetidas a um processo de textualização e (re)contextualização, ou seja, de tradução, o que interfere nos efeitos que elas podem provocar. Na reprodução de declarações, a *Folha* (2001, p.39) elimina repetições ou expressões da linguagem oral, como “hum”, “é”, “ah”, “né”, “tá”, “sabe?”, “entende?”, “viu?”, suprime, para facilitar a leitura, trechos ou altera a ordem do que foi dito e atribui ao jornalista as informações de caráter universal, como o fato de a água ferver a 100°. Na adaptação das declarações à gramática do *Estado*, Martins (1997, p.87) sugere que se acerte a concordância, elimine as repetições mais frequentes e contorne os vícios de linguagem. Garcia (1999, p.41) também determina que quando alguém fala errado se corrija no texto, exceto se houver motivo para manter o erro, o que deve ser apontado ao leitor. No caso de chamar a atenção do leitor para algo errado ou estranho na declaração, que o jornal não encampa pela correção ou prefere se distanciar, a *Folha* e o *Estado* utilizam a



expressão latina *sic* (assim mesmo), entre parênteses. Mas ainda para Martins (1997, p. 87), a adaptação do texto às normas lingüísticas não deve permitir que ela assuma caráter artificial. Uma jovem cantora, por exemplo, dificilmente diria frases como estas que lhe foram atribuídas: “Tudo entre nós sempre foi resolvido no seio da família” ou “Meu pai não pôde ver-me posar nua para uma revista”. A expressão “seio da família” e a forma “não pôde ver-me nua” soam, para Martins, falsas no contexto da enunciação.

Aspas e travessão são recursos gráficos utilizados pelos jornais para marcar a ruptura entre o discurso que cita e o que é citado e, na prática, marcar a sua alteridade. Para marcar essas relações de alteridade, o *Globo* utiliza as aspas e o travessão. A *Folha* e o *Estado*, aspas. O uso das aspas é recomendado por Garcia (1997, p.39) como um instrumento, parcimonioso, para definir e valorizar a informação. Martins (1992, p.87) considera, para esse efeito, outra razão: “Nunca deixe de pôr entre aspas as palavras e expressões contundentes, redundantes ou óbvias que, pela estrutura da frase, possam ser atribuídas ao jornal, quando na verdade são do entrevistado”. Outra explicação para o uso das aspas pode ser encontrada no verbete “encampação” do manual do *Estado* (MARTINS, 1997, p.105): “Todo cuidado é pouco para que o jornal evite passar ao leitor, como suas, opiniões ou conceitos expressos por outra pessoa”. Se o uso das aspas é recomendado para delimitar uma citação, o mesmo não o é no caso de enfatizar palavras, sobretudo para imprimir tom irônico. Os manuais admitem que pôr uma única palavra entre aspas é recurso ambíguo. Segundo Garcia (1992, p.40), não deve ser utilizado para indicar que foi exatamente aquela a expressão usada: “o leitor também poderá entender que as aspas indicam ironia e a palavra deveria ser entendida como tendo um significado diferente daquele que se conhece”. Colocar entre aspas não significa dizer que certos termos são mantidos a distância, é mantê-los a distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo (MAINGUENEAU, 1997, p.90).

Na concepção de Bakhtin (1997, p.159), a análise é a alma do discurso indireto: “o discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros deixam de lado”. Ocorre que nem sempre os jornalistas reúnem as condições analíticas necessárias ao trabalho de pesquisa e escrita da notícia ou nem sempre levam em conta as relações de alteridade presentes nestes atos ou são dominados por outros lugares e falas, já que todo discurso é um espaço habitado, pleno de vozes (VERÓN, 1980). O discurso indireto, que predomina na estruturação das notícias, é, assim, uma fonte de instabilidade, que atinge as relações do jornal com o dizer e com o leitor. Martins (1997,



p.105) denomina esse fenômeno de “encampação” e aponta várias situações em que ele aparece de forma desestabilizadora: (a) quando alguém faz uma declaração reproduzida no título sem a indicação do nome do autor (“São Paulo precisa parar de crescer”); (b) quando se admite como verdadeira, no título, uma alegação ou justificativa de alguém (“Treinador inglês só quer aprender”); (c) quando denúncias encerram considerações (“O senador catarinense considera um absurdo esses cargos estarem nas mãos de parentes do presidente do instituto, muitos incapacitados para exercer as funções”); (d) quando, no noticiário policial, se chama de criminoso, estuprador, assaltante etc. quem não tenha confessado o crime ou sido preso em flagrante (“Morto com 30 tiros por tentar violentar menor”); (e) quando identifica empresa, entidade ou órgão com a ação criminosa de seus empregados e funcionários, embora as instituições não tenham nenhuma relação com atos praticados pelos seus empregados (“a quadrilha da Acme”).

### **3. A identificação das pessoas**

As formas de tratamento e identificação localizam as pessoas em relação ao contexto espaço-temporal, criado e mantido pelo ato de enunciação. Fazem parte da criação do universo de referência do discurso e servem para estabelecer certo tipo de laço entre as pessoas. Elas servem também para designar aquele de quem se fala (fontes e/ou personagens da notícia) e interpelar, deste modo, aquele com quem se fala (o provável leitor). Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 483-484) dividem as formas de tratamento entre os pronomes de tratamento e os nomes de tratamento. O primeiro corresponde aos pronomes pessoais, aqueles que indicam uma das três pessoas do discurso (na língua portuguesa e duas na língua francesa – tu e vous). A gramática da língua portuguesa, que não é a referência dos autores citados, distingue os pronomes pessoais dos pronomes de tratamento, estes classificados pelos manuais como tratamentos formais de autoridades. O segundo, comporta numerosas subclasses como nomes próprios, nomes de parentesco, títulos, termos profissionais, termos afetuosos ou injuriosos. A escolha de uma de uma ou outra forma, no uso ordinário, cotidiano, obedece, igualmente, a regras fluidas e variáveis. Mas, no caso dos jornais, são motivos da regulação dos manuais de redação. Mesmo assim, os padrões adotados pelos manuais têm sofrido o impacto da presença de outros agentes nos espaços públicos e das novas relações sociais, políticas e culturais advindas da redemocratização da sociedade.

De um ponto de vista pragmático, considerando as especificidades do discurso jornalístico nas relações de interlocução, os jornais não adotam, para o padrão



jornalístico, o tratamento formal de autoridade, ou seja, as formas rituais do tipo “Sua/Vossa Excelência Reverendíssima”. A *Folha* (2001, p. 73, 102), por exemplo, utiliza dois recursos para localizar e identificar os personagens do texto: a identificação de pessoa e o tratamento de pessoa. No primeiro caso, todo personagem da notícia é identificado por profissão, cargo, função ou condição. As qualificações passadas só são admitidas quando relevantes no contexto da enunciação. Não são admitidas quaisquer formas de identificação por cor, etnia, religião, partido político, preferência ideológica ou opção sexual, exceto quando for importante no contexto. No segundo, o personagem da notícia, depois de ser identificado pela primeira vez, deve ser mencionado pelo sobrenome ou nome que é mais conhecido. A *Folha* tem como padrão também informar a idade dos personagens principais da notícia. Ela deve ser informada obrigatoriamente nos seguintes casos: morte, enfermidade, posse em cargo público, perfil, biografia, prisão, premiação, crime, casamento. Essa forma de identificação prioriza os elementos não polêmicos da identificação da pessoa, são termos aparentemente neutros, mas que situam as pessoas em um sistema de lugares, como *idade, profissão, cargo*.

Em relação à identificação das pessoas, o *Estado* adota um procedimento diferente. A pessoa incluída no noticiário é sempre identificada por título ou qualificação: “o príncipe Charles”, “o empresário Antônio Ermírio de Moraes”, “o compositor Chico Buarque”, “advogado Saulo Ramos”, “a dona de casa Joana Rodrigues” (MARTINS, 1997, p.57). Essas diferenças indicam a existência de lugares distintos de enunciação e de percepções diferentes das relações sociais e das formas de representação do outro. Por exemplo, os manuais registram posições diferentes para o substantivo feminino “dona”. O *Estado* e a *Folha* não usam o substantivo como forma de tratamento. A *Folha* (2001, p.64) aplica às mulheres as mesmas formas de tratamento utilizadas para os homens. No *Estado* (MARTINS, 1997, p.101-102) o termo só admitido, em sua forma abreviada, nas declarações textuais. O *Globo* (GARCIA, 1992, p.66) adota uma posição diferente. As mulheres, quando tratadas pelo prenome, são sempre dona. Exceções: personalidades públicas que tenham no prenome o seu “nome de guerra” (como Zélia e Evita), adolescentes, artistas, atletas e marginais. A inclusão dos marginais na lista da exceção autoriza a interpretação de que o substantivo deve ser apenas utilizado para designar as mulheres consideradas sérias e responsáveis, o que contraria certa lógica de isonomia nas formas de tratamento no jornalismo moderno ou indica uma percepção conservadora do papel e do lugar da mulher na sociedade.



Por exemplo, a *Folha* (2001, p.102) não admite a fórmula “doutor” ou “dr.” Como forma de tratamento, mas apenas como forma de identificação: “Jonh Doe, doutor em antropologia pela Universidade de Idaho”, e não “O dr. John Doe”. No caso de médico, a forma de tratamento segue a de outras profissões: “O médico João da Silva, 37, foi nomeado diretor da Faculdade de Medicina”. A posição da *Folha* reflete uma tendência de eliminação de marcadores explícitos de poder, como o uso da forma de tratamento “doutor”. As mudanças nas relações sociais também estão provocando outras alterações discursivas. Por exemplo, em nossa língua os cargos – ocupados desde as suas origens por homens – são, em sua maioria, grafados na forma masculina. Com a ascensão das mulheres a posições de prestígio e poder, essas formas estão sendo alteradas. Os manuais da *Folha* e do *Estado* registram algumas dessas mudanças. O manual da *Folha* (2001, p.85) na identificação das mulheres adota três procedimentos: (a) dá o mesmo tratamento que os homens; (b) usa o gênero feminino para designar atividade, função ou cargo exercido por mulher, com exceção de “presidente”, “gerente” e “poeta” que são usados como comum de dois gêneros (“a presidente”); e (c) evita o uso de expressões estereotipadas (“garota”, “sexo frágil”, “gata”, “boneca”) e não menciona características físicas (“loira”, “atraente”), a menos que citá-las seja relevante para a notícia. O *Estado* (MARTINS, 1997, p.57) também adota no feminino o título dos cargos ocupados por mulheres ou a sua qualificação, menos o de “presidente”.

Ocorre que os antagonismos sociais, a organização a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira e o reconhecimento jurídico (legal) de novos direitos estão provocando mudanças no uso das palavras, a exemplo dos adjetivos. A percepção dos jornais dessas mudanças sociais e legais repercutiu na produção dos manuais. A orientação do manual do *Estado* (MARTINS, 1997, p.119) é banir as palavras ofensivas. Além dos palavrões, há uma série de palavras que ofendem aqueles a quem se dirigem, que passaram a ser vetadas no jornal, como gordo, baixinho, narigudo, beijudo, barrigudo e outras do gênero. As palavras ofensivas atingem também outros grupos sociais, como negros, homossexuais, menores, mulheres, indígenas etc. Por exemplo, os deficientes físicos. O manual do *Estado* (MARTINS, 1997, p.119) determina que sejam usados termos técnicos, como “estrábico”, e não termos populares e ofensivos, como “vesgo”, para designá-los. O manual da *Folha* (2001, p.61) também não admite expressões e lugares-comuns depreciativos, que reforcem estereótipos, humilhações, condescendência e discriminação. Na comparação entre os manuais, a *Folha* identifica o maior número de situações que exigem mudanças nas formas de



qualificação. Entre todos, o que registra o menor número de situações é o do *Globo*. Este caso tem um duplo aspecto. Primeiro, os adjetivos, por serem formas explícitas de qualificação e desqualificação, sofrem com certa intensidade o efeito das mudanças sociais, culturais e políticas. Segundo, embora a normatização dos jornais não recomende o uso de adjetivos, no cotidiano esse uso é bem maior do que se imagina. Formas como “velho”, “mulato”, “terrorista” são facilmente naturalizadas e outras aparecem nos textos de forma substantivada, como “o compositor Chico Buarque”.

#### 4. A ação dos verbos

A relação entre os enunciados no discurso não se dá pela mera justaposição. Na articulação entre o que a fonte fala e o que o jornalista diz, os verbos que introduzem opiniões alheias com a pretensão de fidelidade ao pensamento de quem é citado (direta ou indiretamente) cumprem uma função específica na economia política da notícia. Eles não têm apenas uma função ideológica, de caracterizar a ação, mas têm também uma função argumentativa. Em razão disso, Marchushi (1991, p.91) define os verbos introdutórios de opiniões como uma ação direta sobre o sentido do discurso relatado, que se expressa na função reordenadora do texto jornalístico. Isto significa que os jornalistas exercem uma ação analítica e interpretativa na seleção e organização dos enunciados que irão compor o texto-notícia. Marchushi (1991, p.78) caracteriza essa ação, que é feita pela seleção dos verbos que introduzem as opiniões ou por expressões equivalentes, sem um comentário adicional, como uma “interpretação implícita”. Ao se informar a opinião de alguém, por conta desses recursos mobilizados no ato da redação e da edição das informações, pode-se levar alguém a dizer algo que não disse. O jornalista, por outro lado, também pode levar o jornal a dizer o que ele não gostaria de falar. O combate a essa ambivalência no uso dos verbos está presente nos manuais.

**Acreditar** – Evite o uso desse verbo para introduzir declaração de personagem da notícia. É impossível para o repórter saber se alguém acredita ou não em alguma coisa. Prefira a forma “dizer acreditar”: “O deputado diz acreditar que o governo vencerá a eleição”, em vez de “O deputado acredita que o governo vencerá a eleição”.

**Admitir** – Não use como sinônimo de *dizer*, *declarar* ou *afirmar*. Significa aceitar ou reconhecer fato em geral negativo: “O candidato admitiu a derrota depois de abertas as primeiras urnas”. Evite, sobretudo, introduzir com o verbo *admitir* respostas insinuadas na própria pergunta do jornalista: “O ministro admite que a inflação pode voltar” (ele respondeu “talvez” à pergunta).



**Garantir** – Significa *responsabilizar-se por, asseverar, afiançar*. O verbo tem sentido positivo. Não use como sinônimo de dizer: “O presidente garantiu que o PIB brasileiro vai superar o dos Estados Unidos em 2002” é uma formulação que dá à declaração do personagem da notícia aspecto de verdade, apesar de absurda (FOLHA, 2001, p.50-51, 71)

Esta ambivalência se deve, em parte, ao desconhecimento da função organizadora dos verbos e à crença na transparência da linguagem. A partir de uma pesquisa empírica, em que analisou o que classificou de discurso oficial, discurso para-oficial e discurso da oposição, no jornalismo diário e impresso, Marccushi (1991, p.89) distingue sete funções organizadoras. São elas: (a) verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas: “declarar”, “afirmar”, “comunicar”, “anunciar”, “informar”, “confirmar”, “assegurar”; (b) verbos indicadores de força de argumento: “frisar”, “ressaltar”, “sublinhar”, “acentuar”, “ênfatizar”, “destacar”, “garantir”; (c) verbos indicadores de emocionalidade circunstancial: “desabafar”, “gritar”, “vociferar”, “esbravejar”, “apelar”, “ironizar”; (d) verbos indicadores da provisoriedade do argumento: “achar”, “julgar”, “acreditar”, “pensar”, “imaginar”; (e) verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso: “iniciar”, “prosseguir”, “introduzir”, “concluir”, “inferir”, “acrescentar”, “continuar”, “finalizar”, “explicar”; (f) verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos: “comentar”, “reiterar”, “reafirmar”, “negar”, “discordar”, “temer”, “admitir”, “apartear”, “revidar”, “retrucar”, “responder”, “indagar”, “defender”, “reconhecer”, “reconsiderar”, “reagir”; e (g) verbos interpretativos do caráter ilocutório do discurso referido: “aconselhar”, “criticar”, “advertir”, “enaltecer”, “elogiar”, “prometer”, “condenar”, “censurar”, “desaprovar”, “incentivar”, “sugerir”, “exortar”, “admoestar”.

A título de exemplo dessas funções organizadoras, Garcia (1992, p.41-42) faz uma lista de verbos introdutórios de declarações em que discute os seus usos e abusos. Esses reforçam as funções já apontadas por Marcushi em sua própria lista de verbos. Eis a lista de Garcia: dizer (está sempre certo; é melhor abusar dele do que usar outro verbo), acentuar, destacar (isolam um fato ou argumento para mostrar sua importância), acreditar (verbo perigoso, porque o jornalista não entra na cabeça das pessoas para ter certeza se elas acreditam mesmo ou apenas dizem que acreditam), admitir (tem sentido de confessar, revelar com relutância, a contragosto; é importante saber se o entrevistado



admitiu espontaneamente ou em resposta a uma pergunta), advertir (tem muitos significados, como censurar, chamar a atenção, notar, prevenir etc. Convém evitá-lo, para fugir à ambigüidade), afirmar (sugere opinião, tomada de posição; declarar é afirmar mais solene), ameaçar (não é, como alguns pensam, prometer dramaticamente; a ameaça envolve necessariamente uma ação contra alguém), argumentar (tentar convencer; alegar é argumentar com intenção de defesa), confirmar (não deve ser confundido com repetir), desabafar (presume sinceridade e só merece aparecer quando alguém realmente solta uma mágoa reprimida), desmentir (sugere que aquilo que está sendo desmentido é mesmo mentira), disparar (comentar de forma incisiva, cortante), garantir (dar certeza absoluta, assegurar sob palavra, mas o verbo adequado é prometer), informar (relatar fatos), lembrar (só pode ser usado quando há referência a fato passado e já conhecido), falar (expressar-se por meio de palavras, discorrer, orar).

## **5. A presença do outro**

O cineasta Eduardo Coutinho, em entrevista ao programa *Revista do Cinema Brasileiro*, da TVE, disse, a propósito de seus documentários, o seguinte: “O que se filma é o encontro e não a realidade: o encontro de uma equipe de cinema com o outro” (*apud* AMORIM, 2001, p.23). O comentário de Coutinho se aplica também ao jornalismo. A notícia não é o resultado do trabalho solitário do jornalista, mas de um encontro, entre outros, com fontes e leitores. É desse encontro que o jornalismo produz conhecimento, ainda que precário e submetido à voracidade do tempo. Neste encontro, os manuais ocupam uma posição estratégica. Ao longo deste artigo procurei demonstrar como eles regulam as relações discursivas, ou a relação entre os jornalistas, as fontes e os leitores, as vozes, que, em conflito e/ou negociação, produzem conhecimento, identidades e crenças. É claro que estas não são as únicas formas prescritas pelos manuais para representar e posicionar a fala do outro na topografia do jornal. Com estes exemplos procurei apenas chamar atenção para os modos como os jornais posicionam, ao assimilar e diferenciar as falas, os falantes em relação a si e aos leitores. È por meio da enunciação que também se revela a identidade do enunciador, no caso do jornal. As palavras dos outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo (Cf. BAKHTIN, 1997, p.163), o qual os jornais assimilam, retrabalham e reacentuam de acordo com o lugar de interlocução que pretendem ocupar e atribuir aos



outros. Nesse movimento das identidades, pode-se perceber o trabalho ideológico e estruturante do discurso, gerando representações, impondo visões e divisões.

Posto de outro modo, não é possível separar a construção dos lugares de interlocução da produção das notícias. As notícias são produzidas em um campo de forças, que é também um campo discursivo. Não é uma estrutura estática, mas um jogo de equilíbrio instável, como diria Maingueneu (2004, p.92). Essa instabilidade é constitutiva das regras. Os vários exemplos retirados dos manuais demonstram a preocupação do gestor das notícias não apenas em disciplinar o trabalho do jornalista, mas em controlar os efeitos desestabilizadores do encontro dos jornalistas com as suas fontes de informação e com o seu presumido e idealizado leitor. As regras do jogo, ou melhor, as regras que orientam as tomadas de decisão na produção das notícias e que extrapolam em seus efeitos as redações dos jornais, são parte também desse jogo. Por isso, é preciso conhecer não apenas como as notícias são produzidas, mas também como as regras, ou melhor, as tecnologias discursivas, são forjadas nas instituições jornalísticas e, de forma ampliada, no campo de significação das notícias. Para isso, é preciso romper tanto com uma visão ingênua que confunde os manuais de redação com receitas de bolo, como se isso limitasse também os seus feitos na produção das notícias, como uma visão instrumental, irmã siamesa da primeira, que reduz a tecnologia a um mero objeto do fazer. Combinar uma análise crítica da produção das notícias e da produção das tecnologias discursivas dos jornais implica reconciliar, do ponto de vista teórico e metodológico, o estado da técnica e o estado da política e em evidenciar as assimetrias entre o campo da produção e o campo do consumo das notícias.

O campo do jornalismo, na contemporaneidade, é o lugar por excelência da disputa do reconhecimento do outro e do conhecimento do mundo. Por isso, no centro da *práxis* jornalística encontra-se o (re)conhecimento. Esta é a grande questão que atravessa tanto o trabalho de pesquisa (seleção e apuração) quanto o trabalho de exposição (redação e edição). No plano das relações intersubjetivas, passíveis de observação empírica, isto significa indagar quem são os interlocutores dos jornais, como eles são reconhecidos e como eles são representados nas práticas discursivas das instituições jornalísticas e dos profissionais de jornalismo e como esse reconhecimento gera conhecimento. Na economia política da notícia esta é uma *questão estratégica*, pois “reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia” (FOLHA, 2001, p. 39), por exemplo; uma *questão política*, já que ela envolve a atribuição de posições e o



direito de falar e de ser ouvido no espaço construído pela interação dos jornais com as fontes e os leitores; e uma *questão ética*, pois, como explica Lévinas (1998, p.58), na palavra do outro, não somente pensamos no interlocutor, mas falamos a ele, “dizemos-lhe o próprio conceito que podemos ter dele como um interlocutor em geral”.

### Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Afonso. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In: RUBIM, Antônio Albino C.; BENTTZ, Ione Maria G.; e PINTO, Milton José (Orgs.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998, p.9-27
- AGUIAR, Sônia. O discurso normativo da imprensa diária: por uma leitura crítica dos manuais de redação. **Pauta Geral**, Salvador, n.1, p.31-38, ago.1993.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o discurso jornalístico: verdade, legitimidade e identidade**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- AMORIM, Marília. **O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editorial, 2001.
- ARAÚJO, Inesita. **Mediações e poder**. Niterói, [s.n.], 2000.
- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras incertas: as não coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DO PROGRAMA DE QUALIDADE. Folha lança novo “Manual de Redação”. **Folha de S. Paulo**, 18.2.2001, p.16.
- CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves. **Da política dos jornais: o dissídio das vozes segundos os manuais de redação dos jornais *Folha, Estado e Globo***. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- \_\_\_\_\_. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 77-103.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- \_\_\_\_\_. Novo manual da redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Manual geral da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Manual geral da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GARCIA, Luiz (Org.). **Manual de redação e estilo**. 26. Ed. São Paulo: Globo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Manual de redação e estilo**. 12. Ed. São Paulo: Globo. 1992.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1989.
- GONÇALVES, Elias Machado. **A dialética do discurso jornalístico**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- LÉVINAS, Emanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.



- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise de discurso**. Campinas: editora da UNICAMP, 1997.
- MARCUSHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutores de opinião. In: **INTERCOM** (Revista Brasileira de Comunicação), nº 64. São Paulo, 1991, ano XIV, p. 74-92.
- MARTINS, Eduardo (Org.). **Manual de redação e estilo**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Manual de redação e estilo**. 2. Ed. São Paulo: Maltese, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.
- MEY, Jacob L. **As vozes da sociedade: seminários de pragmática**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- VERÓN, Eliseo. **A produção de sentidos**. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1980.
- \_\_\_\_\_. **A análise do “contrato de leitura”: um novo método para os estudos de posicionamento dos suportes impressos**. Rio de Janeiro, [s.n.], 1985.